



Contrato Nº 239/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ

CONTRATO DA CGJ/PI

Processo SEI nº 23.0.000070116-5

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ 040103, CNPJ: 07.240.515/0001-08 E A EMPRESA JOSE RODOLFO SOARES MARINHO, CNPJ: 30.882.150/0001-37, PARA A CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE GINÁSTICA LABORAL NO ÂMBITO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS OFICIAIS DA CORREGEDORIA - GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ - CGJ/PI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 87/2023.

A **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ 040103, CNPJ: 07.240.515/0001-08**, Endereço: Palácio da Justiça (Prédio Histórico), situado na Praça Des. Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, Bairro Cabral, Teresina/PI, CEP: 64.000-830, neste ato representada pelo Corregedor Geral de Justiça do Piauí, Desembargador **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da CGJ/PI, e a empresa **JOSE RODOLFO SOARES MARINHO, CNPJ: 30.882.150/0001-37**, Endereço: Rua Sebastião Araújo Andrade, nº 116, sala 01, Bairro Parque das Estrelas, Campo Maior - PI, CEP: 64.280-000, Telefone: (86) 9800-6607, E-mail: jrodolfosmarinho@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ RODOLFO SOARES MARINHO**, conforme ato constitutivo da empresa constante dos autos, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam este Contrato decorrente de contratação direta por licitação dispensável, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, vinculado ao Processo SEI nº 23.0.000070116-5, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ginástica laboral, para atuação no âmbito das unidades administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí - CGJ/PI, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
	Prestação de serviços de aulas de ginástica laboral para os magistrados e servidores que exercem suas atividades no âmbito das unidades administrativas da Corregedoria - Geral da Justiça do Piauí - CGJ/PI,		

01	<p>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GINÁSTICA LABORAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificação técnica: Aulas de ginástica laboral de curta duração, durante horário de expediente, ministradas por profissional habilitado(a) na área de educação física ou fisioterapia, voltadas para a prevenção de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), contemplando exercícios respiratórios, de fortalecimento, alongamento e relaxamento muscular, de coordenação motora, de aquecimento, de consciência corporal, de correção postural, de orientações posturais e de interação em grupo. • Quantidade: 576 (quinhentas e setenta e seis) horas anuais. • Parcelamento da execução do serviço: 04 (quatro) horas diárias nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, totalizando 12 (doze) horas semanais e 48 (quarenta e oito) mensais. • Em cada uma das 24 (vinte e quatro) salas de setores administrativos da CGJ/PI deve-se realizar atividades por até 30 (trinta) minutos, de modo a contemplar pelo serviço 08 (oito) salas em cada dia de trabalho, sendo cada setor visitado semanalmente, em média. • Local de execução do serviço: Salas dos setores administrativos da CGJ/PI, situadas no Palácio da Justiça (Prédio Histórico), na Praça Des. Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, Bairro Cabral, Teresina/PI, CEP 64.000-830. • A Contratada deverá disponibilizar para execução do serviço profissional(is) com diploma de graduação em Educação Física ou Fisioterapia e registro ou inscrição na entidade profissional competente, fornecido pelo Conselho Regional de Educação Física e/ou Conselho Regional de Fisioterapia. • O contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a realização das atividades, devendo realizar sua substituição quando necessário. • A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. 	HORA	576
----	--	------	-----

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência N° 87/2023 (Documento: SEI 4508266);

b) A Proposta da Contratada (Documento SEI: 4432732, pág. 16);

c) A Decisão N° 12713/2023 (Documento SEI: 4647407).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência inicial do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do instrumento contratual no Diário da Justiça do Estado do Piauí, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO

5.1. O Contratante pagará pelo fornecimento do objeto contratado o **valor total de R\$ 48.960,00 (quarenta e oito mil novecentos e sessenta reais), sendo R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por hora de serviço.**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

6.1. As condições, prazos e demais disposições sobre o pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/06/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.2. No caso de atraso na divulgação do IPCA, será paga à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.2.3. Caso o IPCA estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.2.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- 8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato;
- 8.3.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.5.** Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.6.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência anexo;
- 8.7.** Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 8.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.9.1.** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.11.** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações dispostas nos itens seguintes;
- 9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato ou Autoridade Superior e prestar

todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;

9.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.10. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021;

9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.'b', 11.1.'c' e 11.1.'d', sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.'e', 11.1.'f' e 11.1.'g' e 11.1.'h', bem como nos subitens 11.1.'b', 11.1.'c' e 11.1.'d', que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021);

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida

administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) As danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo

nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.4. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Contrato serão oriundas da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI), conforme disposto na tabela a seguir:

Dotação orçamentária - ND:	339039 - Outros serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
Unidade orçamentária:	040103 - Corregedoria Geral de Justiça
Fonte:	0500 - Recursos do Tesouro Estadual
Programa orçamentário:	02.061.0015.2885 - Manutenção Administrativa da CGJ

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais legislações e atos normativos aplicáveis, bem como segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), além dos preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

16.1. O extrato deste Contrato será publicado no Diário da Justiça do Estado do Piauí, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial na *internet*, conforme previsto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LGPD

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste Contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento, assinando-o eletronicamente, conforme art. 1º, inciso III, alínea 'b', da Lei nº 11.419/2006 e da [Resolução TJ/PI nº 22/2016](#) (publicada no Diário da Justiça do Estado do Piauí nº 8.064, de 20 de setembro de 2016), para que produza seus efeitos jurídicos legais.

Assinatura eletrônica
Representante legal do CONTRATANTE

Assinatura eletrônica
Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Olímpio José Passos Galvão, Corregedor Geral da Justiça**, em 28/08/2023, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodolfo Soares Marinho, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4647797** e o código CRC **E9A30F0A**.



2.24. Portaria (Presidência) Nº 1909/2023 - PJPI/TJPI/SECPRE/SAIM, de 29 de agosto de 2023

O Excelentíssimo senhor desembargador **HILO DE ALMEIDA SOUSA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Requerimento 15611 (4655847) no processo SEI nº 23.0.000101221-5;

CONSIDERANDO a manifestação 76852 (4656116) da Superintendência de Assuntos Institucionais e da Magistratura;

CONSIDERANDO a decisão 12828 (4656256);

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, §1º, do Provimento nº 07/2019/TJPI/CGJ, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

DESIGNAR a juíza de direito **LISABETE MARIA MARCHETTI**, titular do Juízo Auxiliar nº 10 (Criminal) da Comarca de Teresina, de entrância final, para presidir os processos 0814484-74.2023.8.18.0140, oriundo da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Teresina, de entrância final, enquanto perdurar o afastamento da substituta legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 29 de agosto de 2023.

Desembargador **HILO DE ALMEIDA SOUSA**

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 29/08/2023, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

3. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

3.1. Portaria Nº 4494/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 28 de agosto de 2023

Portaria Nº 4494/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 28 de agosto de 2023

O **CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ**, Desembargador **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 35 § 2º da Lei Complementar nº 266/2022,

CONSIDERANDO o Requerimento de Diárias Nº 1891/2023 - PJPI/CGJ/GABCOR (Id. 4601347) e as informações constantes nos autos do Processo SEI nº 23.0.000093568-9;

CONSIDERANDO, ainda, a Autorização Nº 1149/2023 - PJPI/CGJ/GABCOREXTRA (Id. 4648354),

R E S O L V E:

Art. 1º **AUTORIZAR**, com fundamento no art. 1º e inciso I do Anexo Único ao Provimento Conjunto nº 21/2019, de 01/10/2019, com as alterações posteriores, o pagamento de diária ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, abaixo qualificado, na forma dos cálculos demonstrados na Informação Nº 69624/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/FINCGJ (Id. 4611304, tendo em vista o deslocamento, **dia 16 de agosto de 2023**, para visita técnica às comarcas de MIGUEL AVES e MATIAS OLÍMPIO, conforme tabela adiante:

BENEFICIÁRIO	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO Cargo: Desembargador Corregedor-Geral da Justiça Matrícula nº 2064405 Lotação: Corregedoria Geral da Justiça Período: 16 de agosto de 2023	0,5 (meia) diária	R\$ 572,59	R\$ 286,30
VALOR TOTAL A SER PAGO: R\$ 286,30 (DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)			

Art. 2º **DETERMINAR** que, para o perfeito cumprimento do Provimento Conjunto nº 21/2019, de 01/10/2019, com as alterações posteriores, o beneficiário da diária referida no art. 1º desta portaria, presente até o 5º (quinto) dia útil após o retorno, relatório de viagem, observando o que dispõem os artigos 20 e 21 do Provimento acima referido.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 28 de agosto de 2023.

DESEMBARGADOR **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**

CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL

Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira, Corregedor do Foro Extrajudicial**, em 29/08/2023, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4650177** e o código CRC **EEF936FC**.

3.2. Contrato - Extrato Nº 268/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ

ATO/ESPÉCIE: Contrato Nº 239/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23.0.000070116-5

CONTRATANTE: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - 040103, CNPJ 07.240.515/0001-08.

CONTRATADA: JOSE RODOLFO SOARES MARINHO, CNPJ: 30.882.150/0001-37.

OBJETO: Contratação de serviços de ginástica laboral, para atuação no âmbito das unidades administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí - CGJ/PI, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
01	Prestação de serviços de aulas de ginástica laboral para os magistrados e servidores que exercem suas atividades no âmbito das unidades administrativas da Corregedoria - Geral da Justiça do Piauí - CGJ/PI, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GINÁSTICA LABORAL - Especificação técnica: Aulas de ginástica laboral de curta duração, durante horário de expediente, ministradas por profissional habilitado(a) na área de educação física ou fisioterapia, voltadas para a prevenção de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), contemplando exercícios respiratórios, de fortalecimento, alongamento e relaxamento muscular, de	HORA	576



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLV - Nº 9662 Disponibilização: Terça-feira, 29 de Agosto de 2023 Publicação: Quarta-feira, 30 de Agosto de 2023

<p>coordenação motora, de aquecimento, de consciência corporal, de correção postural, de orientações posturais e de interação em grupo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade: 576 (quinhentas e setenta e seis) horas anuais. - Parcelamento da execução do serviço: 04 (quatro) horas diárias nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, totalizando 12 (doze) horas semanais e 48 (quarenta e oito) mensais. - Em cada uma das 24 (vinte e quatro) salas de setores administrativos da CGJ/PI deve-se realizar atividades por até 30 (trinta) minutos, de modo a contemplar pelo serviço 08 (oito) salas em cada dia de trabalho, sendo cada setor visitado semanalmente, em média. - Local de execução do serviço: Salas dos setores administrativos da CGJ/PI, situadas no Palácio da Justiça (Prédio Histórico), na Praça Des. Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, Bairro Cabral, Teresina/PI, CEP 64.000-830. - A Contratada deverá disponibilizar para execução do serviço profissional(is) com diploma de graduação em Educação Física ou Fisioterapia e registro ou inscrição na entidade profissional competente, fornecido pelo Conselho Regional de Educação Física e/ou Conselho Regional de Fisioterapia. - O contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a realização das atividades, devendo realizar sua substituição quando necessário. - A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta. 		
--	--	--

DO VALOR: O Contratante pagará pelo fornecimento do objeto contratado o valor total de R\$ 48.960,00 (quarenta e oito mil novecentos e sessenta reais), sendo R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por hora de serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência inicial do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do instrumento contratual no Diário da Justiça do Estado do Piauí, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Legislação Federal/Nacional: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei nº 8.078/90 e demais normas aplicáveis ao objeto; Atos Normativos do TJ/PI e CGJ/PI: Provimento CGJ/PI nº 107/22, Portaria CGJ/PI nº 825/22 e demais normas aplicáveis ao objeto.

DATA DA ASSINATURA:

<p>Documento assinado eletronicamente por Olímpio José Passos Galvão, Corregedor Geral da Justiça, em 28/08/2023, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.</p>
<p>Documento assinado eletronicamente por José Rodolfo Soares Marinho, Usuário Externo, em 28/08/2023, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.</p>
<p>A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador 4647797 e o código CRC E9A30F0A.</p>

3.3. Portaria Nº 4498/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 29 de agosto de 2023

Portaria Nº 4498/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 29 de agosto de 2023

O **CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Desembargador **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, etc.

CONSIDERANDO o Requerimento de Diárias Nº 2027/2023 - PJPI/COM/INH/FORINH/VARUNIINH (Id. 4624407) constante nos autos do Processo SEI nº 23.0.000096832-3;

CONSIDERANDO, ainda, a Decisão Nº 12715/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (Id. 4647507),

RESOLVE:

Art. 1º **AUTORIZAR**, com fundamento no art. 1º e inciso IV do Anexo Único ao Provimento Conjunto nº 21/2019, de 01/10/2019, com as alterações posteriores, o pagamento de diária ao Juiz de Direito EXPEDITO COSTA JÚNIOR, em face do seu deslocamento à Comarca de Teresina-PI, a fim de participar, no dia 22 de setembro de 2023, do **SEMINÁRIO PAINÉIS DA CORREGEDORIA E PROGRAMA DE CUIDADO INTEGRAL DO PACIENTE PSQUIÁTRICO - PCIPP**, nos termos da convocação constante no Ofício-Circular Nº 439/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (Id. 4570899), e na forma dos cálculos demonstrados na Informação Nº 72814/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/FINCGJ (Id. 4647346), conforme tabela adiante:

BENEFICIÁRIO	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
EXPEDITO COSTA JÚNIOR Cargo: Juiz de Direito Matrícula nº 1609 Lotação: Vara Única da Comarca de Inhumá-PI	1,5 (uma e meia) diária	R\$ 451,55	R\$ 677,33
VALOR TOTAL A SER PAGO: R\$ 677,33 (SEISCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)			

Art. 2º **DETERMINAR** que, para o perfeito cumprimento do Provimento Conjunto nº 21/2019, com as alterações posteriores, o beneficiário das diárias referidas no artigo 1º desta portaria, apresente até o 5º (quinto) dia útil após o retorno, relatório de viagem, observando o que dispõem os artigos 20 e 21 do Provimento acima referido.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 29 de agosto de 2023.

DESEMBARGADOR **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

<p>Documento assinado eletronicamente por Olímpio José Passos Galvão, Corregedor Geral da Justiça, em 29/08/2023, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.</p>
<p>A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador 4651077 e o código CRC 082A3A6F.</p>

3.4. Portaria Nº 4502/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 29 de agosto de 2023

Portaria Nº 4502/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 29 de agosto de 2023



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA - SECCOR

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Decisão Nº 12713/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR

Vistos, etc.,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado através do Termo de Abertura Nº 2042/2023 (4415804) com a finalidade de realização dos atos necessários à contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de ginástica laboral no âmbito das unidades administrativas da CGJPI, conforme levantamento de demanda realizado nos autos do SEI 23.0.000051559-0.

Após a Decisão Nº 9928/2023 - PJPI/CGJ/GABCOR (4484824), os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

1. Estudos Preliminares Nº 142/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (4508187);
2. Termo de Referência Nº 87/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (4508266);
3. Informação Nº 60340/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/FINCGJ (4508491) e anexo - 4508538;
4. Justificativa Nº 347/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCG (4508637);
5. Minuta de Contrato Administrativo Nº 4508640/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ (4508640);
6. Aviso Dispensa Licitação Nº 28/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ (4555407) e respectiva publicação (4574841);
7. Anexos de Ids. 4600006, 4600006 e 4600360; e
8. Análise Nº 240/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR (4601319).

Instada, a Consultoria Jurídica da Corregedoria, em fundamentado parecer (4609430), opinou pela POSSIBILIDADE JURÍDICA de dispensa de licitação, pela REGULARIDADE E ATENDIMENTO aos requisitos do procedimento da contratação direta e pela APROVAÇÃO da minuta do Contrato Administrativo apresentada, desde que observados os apontamentos indicados nos tópicos 2.2; 2.3.1; 2.3.2.a.2; 2.3.2.h; 2.4 do opinativo.

Sobreveio, então, nova minuta de contrato (4625825), a Manifestação Nº 75414/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (4644361) e a I Informação Nº 72670/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/FINCGJ (4645715), em atendimento às sugestões apresentadas pelo jurídico.

É o relatório. Decido.

Conforme já exhaustivamente relatado, o objeto dos autos consiste na contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de ginástica laboral no âmbito das unidades administrativas da CGJPI.

Com efeito, os Estudos Preliminares N° 142/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (4508187) detalham a justificativa de necessidade da contratação, com seus elementos característicos básicos e, após análise das alternativas de mercado, apresenta a solução mais indicada ao atendimento da demanda sob a ótica do interesse público.

O Termo de Referência N° 87/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (4508266), por sua vez, contém descrição objetiva e detalhada do serviço a ser contratado, bem como as diretrizes básicas do modelo de execução contratual.

De outra banda, a Minuta de Contrato Administrativo N° 4625825/2023 (4625825) incorpora as especificações do Termo de Referência N° 87/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR (4508266), observando, consoante disposto no Parecer N° 1393/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CONSULCGJ (4609430), o teor do art. 92, da NLLCA, bem como o padrão adotado pela CGJPI.

No que concerne à Justificativa N° 347/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ (4508637), afere-se ampla e detalhada análise de regularidade jurídico-formal do processo, apresentando um exame pontuado e pormenorizado dos artefatos elaborados e da tramitação do feito, concluindo pela regularidade do procedimento em conformidade com a legislação e demais atos regulamentares, *in verbis*:

"Diante de todo o exposto, após analisada a adequação jurídico-formal do procedimento em tela, verificando-se a regularidade de atendimento aos requisitos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, este Agente de Contratação encaminha os autos à Coordenação de Licitações e Contratos da Corregedoria - CLCCOR (conforme art. 15, *caput*, do [Provimento CGJ/PI nº 107/2022](#)) e, ato contínuo, à Consultoria Jurídica da Corregedoria - CONSULCGJ para parecer jurídico."

Ato seguinte, a Análise N° 240/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR (4601319) ratificou a regularidade de tramitação do feito, concluindo, ao fim, pela correta instrução do processo de contratação. Segue reprodução da conclusão:

"Destarte, após detido exame das aludidas peças, formal e materialmente, bem como balizando-se pelos dispositivos legais acima mencionados, verificou-se que os primados da 1ª Linha de Defesa (controles de gerência e medidas de controle interno) foram rigorosamente observados e, portanto, atendem plenamente ao que preconiza a legislação de regência, restando clarividente a regularidade da inexigibilidade de licitação pretendida.

Dito isso, esta Coordenação de Licitações e Contratos, em observância ao que disciplina o Artigo 56-A, parágrafo 1º, Inciso IV do Regimento Interno da CGJ/PI, OPINA pelo prosseguimento do processo ora em análise e consequente aprovação das peças administrativas, pelos motivos de fato e de direito devidamente explicitados nos autos, bem como pela observância dos ditames dos normativos de regência."

Com a manifestação sobre os aspectos jurídicos da demanda - Parecer N° 1296/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CONSULCGJ (4550284), adveio a sugestão de que a opção escolhida acerca da legislação para reger o procedimento de contratação direta em epígrafe seja expressamente indicada no ato autorizativo da contratação, conforme exigência contida no art. 191, *caput*, da Lei N° 14.133/21.

Desta forma, o regime legal aplicável será a Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a qual prevê, no §3º, do art. 75, que as contratações de que tratam os incisos I e II do *caput* do aludido dispositivo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais

interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Em observância aos ditames legais, houve a publicação do Aviso Dispensa Licitação N° 28/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ (4555407), tendo decorrido *in albis* o prazo assinalado sem a aparição de interessados em ofertas propostas adicionais.

No que concerne à incidência da hipótese de dispensa de licitação em análise, são requisitos prévios de legalidade: a) ser a despesa de valor inferior a R\$ 57.208,33; b) demonstrar que a pretensa contratação respeita o valor anteriormente citado, levando-se em consideração: b.1) o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; b.2) o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza.

Nesse sentido, o Departamento de Orçamento e Finanças da CGJ - FINCGJ, conforme Informação N° 72670/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/FINCGJ (4645715), esclareceu que no sistema orçamentário (SIAFEPI) "*constam informações referentes à natureza da despesa, que são expressas em um código composto por oito algarismos, sendo que o 1º dígito representa a categoria econômica, o 2º o grupo de natureza da despesa, o 3º e o 4º dígitos representam a modalidade de aplicação, o 5º e o 6º o elemento de despesa e o 7º e o 8º dígitos representam o desdobramento facultativo do elemento de despesa (subelemento) .*"

Em acréscimo, pontua que "*correlação entre a informação relacionada à natureza da despesa com a Catalogação de Material do Governo federal (CATSER), descrita no caso em tela (14311 -Orientação/ educação - atividade física id. sei 4626548).*"

Por fim, informa que, "*[...] natureza de despesa e subitem 339039-51 (SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS) está relacionada com a codificação 14311 do CATSER e após consulta realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí - SIAFE-PI, foi constatado que não houve execução orçamentária/financeira com o mesmo objeto do caso em tela na Unidade Gestora Corregedoria Geral de Justiça (040103) até a presente data.*"

Ainda em atendimento às recomendações do opinativo, a Secretaria da Corregedoria manifestou-se no sentido de que "*o serviço a ser prestado no âmbito do Órgão Correcional não coincide com aquele executado pela Superintendência de Gestão da Saúde e Qualidade de Vida - SUGESQ, e nem teria como sê-lo, com base no total de 576 (quinhentas e setenta e seis) horas a cada 12 (doze) meses de vigência contratual, com prestação dos serviços às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, durante 4 (quatro) horas diárias, totalizando 12 (doze) horas semanais e 48 (quarenta e oito) mensais, o que inviabilizaria a conciliação com as atribuições advindas da Lei Complementar nº 230, de 29 de novembro de 2017.*"

Ante o exposto, ACOLHO o Parecer N° 1393/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CONSULCGJ(4609430) na íntegra, por seus fundamentos fáticos e jurídicos e, para **APROVAR** a Minuta de Contrato Administrativo N° 4625825/2023 (4625825) e **AUTORIZAR** a celebração do instrumento contratual, sob a égide da Lei 14.133/21, via contratação direta.

À CLCCOR, para ultimação dos atos necessários.

Cumpra-se.

Teresina, 28 de agosto de 2023.

Desembargador OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO

Corregedor-Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Olímpio José Passos Galvão**, Corregedor Geral



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4647407** e o código CRC **851EB62B**.
